



>> Trump e corrupção

Não é possível escrever sobre as eleições para presidente dos Estados Unidos da América (EUA) sem abordar a corrupção e os fenómenos que lhe são conexos. Desde logo, porque talvez seja o país em que o peso do dinheiro nas eleições é maior. Nas eleições de 2016, um dos concorrentes, Lawrence Lessig, tinha como principal pretensão reduzir a influência do “dinheiro” na política. Para ele, a principal consequência de tal influência foi tornar a democracia representativa tão corrupta que apenas aqueles capazes de financiar substancialmente as campanhas e os candidatos conseguem ver os seus interesses representados e atendidos. Joseph Stiglitz, antigo vice-presidente e economista-chefe do Banco Mundial e laureado com o Prémio *Sveriges Riksbank* em Ciências Económicas em memória de Alfred Nobel (habitual, mas incorretamente designado de “prémio Nobel da Economia”) de 2001, chama a esta realidade “corrupção ao estilo americano”. É a existência deste tipo de corrupção que leva analistas tão reputados como o próprio Stiglitz e Jeffrey Sachs, Diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Columbia e presidente da *Sustainable Development Solutions Network* da Organização das Nações Unidas, a sugerir que a chave para a mitigação do problema se encontra nos países mais desenvolvidos. Nestes países, a “grande” corrupção encontra-se associada ao financiamento de partidos políticos e de campanhas eleitorais, a conexões políticas empresariais (como o fenómeno da porta giratória) e ao fenómeno do *lobbying*. Sachs chega a afirmar, em texto muito recente (<https://www.commonwealthfund.org/opinion/corruption-of-us-foreign-policy>) a propósito das guerras em Gaza e na Ucrânia, que o principal fator influenciador da política externa dos EUA são os interesses dos políticos, cujas principais preocupações se prendem com a obtenção de contribuições

monetárias para as suas campanhas e empregos bem remunerados para si próprios, mas também para os seus familiares e colaboradores.

Dada a situação descrita acima, não é de admirar que sobre os EUA existam livros e documentários com o título “a melhor democracia que o dinheiro pode comprar”. Também não são de admirar as recorrentes afirmações de que os candidatos à presidência estão ao serviço dos seus principais doadores, em vez de ao serviço do povo americano. O candidato/presidente que talvez mais tenha contribuído para a má reputação das eleições é Donald Trump.

A presidência de Donald Trump, entre 2017 e 2021, foi marcada por inúmeras suspeitas de corrupção e fraude. Esta presidência foi tão danosa para a reputação dos EUA a este nível que até já se estuda o seu impacto em termos de deterioração da perceção da corrupção nos EUA, como o faz Sven Fisher no seu artigo “The impact of the Trump presidency on the perception of corruption in the United States”, publicado na revista *Applied Economics Letters*. Este investigador conclui que a presidência em apreço “teve um impacto significativo e crescente na perceção de corrupção no setor público dos EUA”. A verdade é que a posição deste país no Índice de Perceção da Corrupção (IPC), da Transparência Internacional, o qual se expressa na forma de um ranking, se deteriorou substancialmente entre 2017 e 2021. Tendo em conta a pontuação (um número 0 a 100, correspondendo 100 à melhor situação possível) usada para exprimir a posição dos países no IPC, os EUA passaram de 75 para 67. Em 2022 e 2023, os EUA obtiveram uma pontuação de 69.

Caso Trump ganhe as eleições, será interessante analisar o efeito do novo mandato na perceção da corrupção nos EUA. Manter-se-á a tendência ocorrida no seu último mandato? Nada no comportamento de Trump e dos seus colaboradores leva a crer que isso não aconteça.